



MACEIÓ-AL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ - ALAGOAS

GUARDA MUNICIPAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Legislação Municipal Específica
- ▶ Conhecimentos Específicos

MATERIAL DIGITAL

- ▶ Noções de Informática

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL Nº 01/2026,
DE 04 DE MARÇO DE 2026.**



BÔNUS

ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



MACEIÓ-AL

PREFEITURA MUNICIPAL
DE MACEIÓ - ALAGOAS

Guarda Municipal

EDITAL Nº 01/2026, DE 04 DE MARÇO DE 2026.

CÓD: SL-053MR-26
7908433293026

Língua Portuguesa

1. Análise e interpretação de textos verbais e não verbais; compreensão geral do texto; elementos que compõem uma narrativa.....	9
2. Tipos de discurso	12
3. Ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor	14
4. Argumentação	15
5. Elementos de coesão e coerência textuais	23
6. Intertextualidade	24
7. Inferências	25
8. Estrutura e organização do texto e dos parágrafos.....	26
9. Tipologia e gênero textuais.....	26
10. Funções da linguagem	32
11. Semântica: sinonímia e antonímia; homonímia e paronímia; conotação e denotação; ambiguidade; polissemia	34
12. Emprego dos pronomes demonstrativos; colocação pronominal.....	35
13. Sintaxe da oração e do período	37
14. Vozes verbais	41
15. Emprego do acento indicativo da crase	44
16. Concordâncias verbal e nominal.....	45
17. Regências verbal e nominal	46
18. Pontuação	49
19. Ortografia oficial	51

Raciocínio Lógico

1. Lógica proposicional: proposições simbólicas (fórmulas); tabela verdade de uma fórmula	65
2. Lógica dos predicados: proposições quantificadas	71
3. Argumentos válidos e sofismas.....	72
4. Conjuntos: operações, diagramas de venn	76
5. Os números inteiros: operações com números inteiros; comparação de números inteiros. os números reais: números racionais e irracionais; frações; comparação de frações; operações com frações; números decimais; comparações de números decimais; operações com números decimais; relação entre frações e números decimais; dízimas periódicas...	79
6. Múltiplos e divisores; critérios de divisibilidade	89
7. Fatoração; números primos	90
8. Máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum.....	91
9. Razões e proporções.....	93
10. Porcentagem.....	94
11. Conhecimentos geométricos: características das figuras geométricas planas e espaciais; áreas e volumes; raciocínio geométrico.....	96
12. Sequências: progressões aritméticas e geométricas; raciocínio lógico sequencial	106
13. Princípios de contagem.....	109
14. Probabilidade.....	113

15. Noções básicas de estatística: análise e interpretação de dados apresentados em gráficos e tabelas; média, moda e mediana de uma série de dados	116
16. Raciocínio quantitativo	122
17. Compreensão de textos matemáticos	122

Legislação Municipal Específica

1. Lei municipal nº 4.973, de 31 de março de 2000, que institui o estatuto dos servidores municipais de Maceió	129
2. Lei municipal nº 5.421, de 23 de dezembro de 2004: estatuto da guarda municipal de Maceió	146
3. Lei municipal nº 4.974, de 31 de março de 2000: dispõe sobre o plano de cargos e carreiras dos servidores ativos da administração direta, autarquias e fundações da prefeitura municipal de Maceió.....	158
4. Lei municipal nº 5.643, de 01 de novembro de 2007: dispõe sobre a criação, junto ao gabinete do prefeito do município de Maceió, a corregedoria da guarda municipal, a ouvidoria da guarda municipal, bem como os cargos em comissão e funções gratificadas, e dá outras providências, regulamentada pelo decreto municipal nº 7190, de 25 de outubro de 2010	166
5. Decreto municipal nº 7.191, de 25 de outubro de 2010: dispõe sobre código de ética e disciplina profissional dos servidores da guarda municipal de maceió e dá outras providências	166
6. Lei municipal nº 6.281, de 25 de novembro de 2013: institui o SISIGMM (serviço de identificação dos servidores integrantes da guarda municipal), regulamentada pelo decreto municipal nº 7.605, de 5 de fevereiro de 2014.....	170
7. Lei municipal nº 6.091, de 26 de junho de 2019: dispõe sobre o serviço indenizado de adesão voluntária (SIAV), regulamentada pelo decreto municipal nº 8.759, de 03 de julho de 2019.....	170

Conhecimentos Específicos Guarda Municipal

1. Noções de segurança pública: definição, fundamentos e componentes do sistema de segurança pública	175
2. Forças armadas e forças auxiliares: diferenças, competências e atribuições constitucionais	175
3. Competência municipal na área de segurança pública.....	178
4. Noções de segurança patrimonial: conceitos e definições	180
5. O município e a segurança patrimonial: responsabilidade e atuação institucional.....	182
6. Organização políticoadministrativa do município e sua divisão administrativa.....	183
7. Competências privativa, comum e complementar dos entes federativos	185
8. Administração pública: conceito; administração direta e indireta.....	187
9. Ética na administração pública: fundamentos, princípios e ética nas relações interpessoais no serviço público	191
10. Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes, natureza, finalidades e princípios.....	192
11. Direito administrativo: conceito, fontes e princípios	196
12. Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies, invalidação, anulação e revogação	200
13. Noções de direito constitucional: dos princípios fundamentais (arts. 1º a 4º da constituição federal)	213
14. Dos direitos e garantias fundamentais (arts. 5º a 11 da constituição federal)	214
15. Da organização do estado (arts. 18 a 31 e 37 a 41 da constituição federal)	220
16. Da segurança pública (art. 144 da constituição federal).....	234
17. Noções de direito penal: crimes contra a pessoa e contra o patrimônio (arts. 121 a 183 do código penal)	235
18. Crimes contra a administração pública (arts. 312 a 337-a do código penal)	284

19. Legislação de trânsito: lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997: código de trânsito brasileiro (CTB) e suas alterações.....	293
20. Lei federal nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998: dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências.....	348
21. Lei federal nº 13.103, de 2 de março de 2015	349
22. Anexo II do CTB: sinalização de trânsito e as seguintes resoluções do contran e suas atualizações: nº 973, de 18 de julho de 2022 (sinalização viária).....	355
23. Nº 985, de 15 de dezembro de 2022 (aprova o manual brasileiro de fiscalização de trânsito)	356
24. Nº 918, de 28 de março de 2022 (consolida as normas sobre procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, nos termos do código de trânsito brasileiro – CTB)	357
25. Nº 14, de 6 de fevereiro de 1998 (estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação e dá outras providências)	363
26. Nº 940, de 28 de março de 2022 (disciplina o uso de capacete para condutor e passageiro de motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos motorizados e quadriciclos motorizados)	366
27. Nº 819, 12 de março de 2021 (dispõe sobre o transporte de crianças com idade inferior a dez anos que não tenham atingido 1,45 m de altura no dispositivo de retenção adequado)	367
28. Lei federal nº 14.071, 13 de outubro de 2020	369
29. Lei federal nº 14.861, de 27 de maio de 2024	376
30. Mecânica básica de veículos	376
31. Direção defensiva e prevenção de acidentes	382
32. Procedimentos em caso de assalto (antes, durante e após a ocorrência)	386
33. Noções de segurança do trabalho: acidentes de trabalho (conceito, causas e prevenção).....	387
34. Noções de primeiros socorros: papel do socorrista; parada cardiorrespiratória; hemorragias; ferimentos; entorses; luxações; fraturas; distúrbios causados pelo calor; choque elétrico; mordidas e picadas de animais; transporte de acidentados; corpos estranhos no organismo	389
35. Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990: estatuto da criança e do adolescente	408
36. Lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003: estatuto da pessoa idosa	449
37. Lei federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006: lei maria da penha	460
38. Lei federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998: arts. 54 a 61: poluição e outros crimes; arts. 62 a 65: crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural; arts. 66 a 69: crimes contra a administração ambiental	467
39. Lei federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014: estatuto geral das guardas municipais	468
40. Lei federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (sistema único de segurança pública)	471

Material Digital

Noções de Informática

1. Fundamentos de informática e hardware operacional: conceitos básicos de computação: hardware e software; componentes de um computador e dispositivos de entrada e saída	3
2. Noções de operação de dispositivos móveis (tablets e smartphones) e tecnologias vestíveis aplicadas à segurança (câmeras corporais e rádio digital).....	7
3. Sistema operacional (windows 10/11): utilização do ambiente gráfico, área de trabalho e atalhos de teclado; gerenciamento de arquivos e pastas: criação, cópia, movimentação, exclusão e busca; e configurações básicas do sistema e painel de controle	10
4. Ferramentas de escritório e redação oficial: editores de texto (microsoft word / libreoffice writer): estruturação de relatórios, documentos oficiais, formatação de parágrafos e tabelas; e planilhas eletrônicas (microsoft excel / libreoffice calc): preenchimento de dados operacionais, organização de tabelas e funções básicas (soma, média, filtros)	36

ÍNDICE

5. Comunicação digital e redes: navegação na internet: busca avançada (google), uso de navegadores (chrome, edge) e serviços de mapas/geolocalização	73
6. Correio eletrônico, organização de mensagens, anexos e normas de etiqueta na comunicação institucional	78
7. Noções de redes sem fio (wi-fi e dados móveis) e conectividade	81
8. Segurança da informação e ética digital: proteção de senhas e autenticação em dois fatores; identificação de ameaças: vírus, malwares e ataques de phishing; procedimentos de backup e armazenamento em nuvem;	82
9. Conceitos básicos da LGPD (lei geral de proteção de dados) aplicados ao tratamento de dados de cidadãos e ocorrências	89

LÍNGUA PORTUGUESA

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VERBAIS E NÃO VERBAIS; COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO; ELEMENTOS QUE COMPÕEM UMA NARRATIVA

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.
- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► **Linguagem Mista (ou Híbrida)**

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► **Definição de Intertextualidade**

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar,

ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► **Tipos de Intertextualidade**

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

▪ **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

▪ **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

▪ **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

▪ **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

▪ **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

▪ **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

▪ **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

▪ **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

▪ **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

▪ **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

RACIOCÍNIO LÓGICO

LÓGICA PROPOSICIONAL: PROPOSIÇÕES SIMBÓLICAS (FÓRMULAS); TABELA VERDADE DE UMA FÓRMULA

LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

► Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

▪ **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Exemplo: "Hoje é segunda-feira" é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

▪ **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: "O céu é azul e não azul" é uma contradição.

▪ **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: "Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F."

Exemplo: "Está chovendo ou não está chovendo" é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

► Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: "Quando será a prova?"
- Frases exclamativas: "Que maravilhoso!"

- Frases imperativas: "Desligue a televisão."
- Frases sem sentido lógico: "Esta frase é falsa."

Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: " $2 + 2 = 4$ "
- Sentença fechada e falsa: "O Brasil é uma ilha"

► Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

- p: "João é engenheiro."
- q: "Maria é professora."

Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo: P: "João é engenheiro e Maria é professora."

► Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

▪ **"O céu é azul."** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

▪ **"Quantos anos você tem?"** – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).

▪ **"João é alto."** – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).

▪ **"Seja bem-vindo!"** – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).

▪ **" $2 + 2 = 4$."** – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).

▪ **"Ele é muito bom."** – Sentença aberta (não se sabe quem é "ele" e o que significa "bom").

▪ **"Choveu ontem."** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

AMOSTRA

- “Esta frase é falsa.” – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).
- “Abra a janela, por favor.” – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).
- “O número x é maior que 10.” – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Exemplo: (CESPE)

Na lista de frases apresentadas a seguir:

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

(A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.

(B) Não sabemos os valores de x e y , então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.

(C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.

(D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.

(E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.

Resposta: B.

► Conectivos Lógicos

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	$\sim$ ou $\neg$	Não p	"Hoje é domingo"	-	$\sim p$: "Hoje não é domingo"
Conjunção	$\wedge$	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	$p \wedge q$: "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	$\vee$	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	$p \vee q$: "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	$\oplus$	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	$p \oplus q$: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	$\rightarrow$	Se p então q	"Está chovendo"	"Levarei o guarda-chuva"	$p \rightarrow q$: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	$\leftrightarrow$	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	$p \leftrightarrow q$: "O número é par se e somente se é divisível por 2"

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESPECÍFICA

**LEI MUNICIPAL Nº 4.973, DE 31 DE MARÇO DE 2000,
QUE INSTITUI O ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICI-
PAIS DE MACEIÓ**

LEI Nº 4973, DE 31 DE MARÇO DE 2000.

*INSTITUI O ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
MACEIÓ.*

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto dos Servidores Municipais de Maceió.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º Cargo Público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor, criado por lei.

Art. 4º Jornada de trabalho é a duração normal do trabalho, nas atividades desenvolvidas pelo servidor, que não excederá a 06 (seis) horas diárias ou 30 (trinta) horas semanais, ressalvadas exceções previstas nesta lei.

Art. 5º Os cargos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros e aos estrangeiros que preencham os requisitos, na forma da lei.

Parágrafo Único - A investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Art. 6º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - a nacionalidade brasileira ou estrangeira na forma da Lei;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - aptidão física e mental.

Parágrafo Único - As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei.

Art. 7º As funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em Lei, destinam-se, apenas, às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Parágrafo único - (Revogado pela Lei nº 4981/2000)

Art. 8º É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

Art. 9º O Poder Executivo instituirá Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal, na forma prevista em Lei.

TÍTULO II DO CARGO, DO PROVIMENTO, VACÂNCIA, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I DO PROVIMENTO

Art. 10 - Provimento é o ato administrativo mediante o qual a autoridade competente efetiva o preenchimento do cargo público com a designação do seu titular.

Art. 11 - O Provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.

Art. 12 - A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 13 - São formas de provimento:

- I - nomeação;
- II - readaptação;
- III - reintegração;
- IV - reversão; e
- V - aproveitamento.

SEÇÃO I DA NOMEAÇÃO

Art. 14 - Nomeação é o ato formal através do qual o poder público atribui um determinado cargo a uma pessoa estranha a seus quadros.

Art. 15 - A nomeação dar-se-á:

- I - Em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado ou de carreira de provimento efetivo;
- II - Em comissão, inclusive na condição de interino, para os cargos de confiança vagos.

Parágrafo Único - O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

Art. 16 - A nomeação para o cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas de títulos, obedecidas a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo Único - Os demais requisitos para o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Municipal e seus regulamentos.

Art. 17 - Compete ao chefe do Poder Executivo em conjunto com o Secretário Municipal de Administração, os atos de nomeação, exoneração e demissão de servidores municipais no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional.

SEÇÃO II DA READAPTAÇÃO

Art. 18 - Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica realizada por Junta Médica Oficial

§ 1º - Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.

§ 2º - A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

SEÇÃO III DA REINTEGRAÇÃO

Art. 19 - A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º - Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observando o disposto no Art. 24.

§ 2º - Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante exercerá suas atribuições como excedente até a ocorrência de vaga, sem direito a indenização.

SEÇÃO IV DA REVERSÃO

Art. 20 - Reversão - É o retorno à atividade, a pedido ou de ofício do servidor aposentado por invalidez, quando por Junta Médica Oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Art. 21 - A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

Parágrafo Único - Encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência da vaga.

Art. 22 - Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

SEÇÃO V DO APROVEITAMENTO E DA DISPONIBILIDADE

Art. 23 - Aproveitamento é o reingresso no serviço público do servidor estável posto em disponibilidade, em outro cargo de natureza e vencimentos compatíveis com o cargo anteriormente ocupado.

Art. 24 - O Servidor posto em disponibilidade por extinção do cargo ou declaração de sua desnecessidade perceberá remuneração proporcional ao tempo de serviço até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 25 - O Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal determinará o imediato aproveitamento do servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 26 - O Servidor posto em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal, até o seu adequado aproveitamento em outro órgão ou entidade.

Parágrafo Único - Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada, por Junta Médica Oficial.

SEÇÃO VI DA RECONDUÇÃO

(Redação acrescida pela Lei nº 6520/2015)

Art. 26-A Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante exercerá suas atribuições como excedente até a ocorrência de vaga, sem direito a indenização. (Redação acrescida pela Lei nº 6520/2015)

CAPÍTULO II DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 27 - O concurso será de provas ou de provas e títulos, admitida a sua realização em duas etapas consoante dispuserem a Lei e o Regulamento expresso no respectivo edital.

Art. 28 - O prazo de validade do concurso será de 02 (dois) anos prorrogável uma única vez por igual período.

Art. 29 - Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o direito de inscrever-se em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo reservadas até 20% das vagas oferecidas no concurso.

Art. 30 - As condições de realização e prazo de validade do concurso serão obrigatoriamente fixados em edital que será publicado no Diário Oficial do Município.

Art. 31 - Enquanto houver candidato aprovado em concurso com prazo de validade não expirado, não será aberto novo concurso para o respectivo cargo.

Art. 32 - É vedada a realização de concurso interno e nula qualquer nomeação feita com base neste tipo de seleção.

SEÇÃO I DA POSSE

Art. 33 - A posse é a investidura do servidor em cargo público e dar-se-á pela assinatura do respectivo termo.

§ 1º - A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, sendo vedada a prorrogação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA: DEFINIÇÃO, FUNDAMENTOS E COMPONENTES DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança pública¹ pode ser considerada um processo composto por elementos de ordem preventiva, repressiva, judicial, de saúde e social. Por isso a segurança pública necessita de um conjunto de ferramentas e de conhecimentos que envolvem os diversos setores da sociedade, sempre focados nos mesmos objetivos. Ela é um serviço que deve ser universal (tem de abranger todas as pessoas) para proteger a integridade física dos cidadãos e dos seus bens. Para isso, existem as forças de segurança (como a polícia), que trabalham em conjunto com o Poder Judicial.

A Constituição Federal de 1988 diz em seu artigo 144º que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por intermédio dos seguintes órgãos: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares.

Portanto, a Constituição diz que é dever da sociedade agir de maneira conjunta para que a democracia seja garantida contra a violação dos direitos ocasionada pela criminalidade. A segurança pública é a condição essencial para que a paz social seja assegurada a cada indivíduo.

Em regra geral, as grandes metrópoles sofrem problemas de segurança pública, as quais apresentam elevadas taxas de delitos. Em contrapartida, as pequenas localidades costumam oferecer melhores condições de segurança.

De certa forma, isto prende-se com a população em massa, uma vez que os milhões de habitantes de uma grande cidade acabam por ficar no anonimato (as pessoas não se conhecem). Já, nas aldeias, é menos provável que uma pessoa cometa algum crime ou delito sem que ninguém fique a saber.

A segurança pública também depende da eficácia da polícia, do funcionamento do Poder Judicial, das políticas estatais e das condições sociais. O debate relativamente à incidência da pobreza na insegurança é sempre polémico apesar de a maioria dos especialistas acreditar que haja uma relação entre a taxa de pobreza e a quantidade de delitos.

¹ Disponível em <https://www.ssp.ma.gov.br/conceito-de-seguranca>
Acesso 04.06.2021

SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Sistema Único de Segurança Pública (Susp) tem como órgão central o Ministério da Segurança Pública e é integrado pelas polícias Federal, Rodoviária Federal; civis, militares, Força Nacional de Segurança Pública e corpos de bombeiros militares. Além desses, também farão parte do Susp: agentes penitenciários, guardas municipais e demais integrantes estratégicos e operacionais do segmento da Segurança Pública.

A segurança pública continua atribuição de estados e municípios. A partir de agora, a União criará as diretrizes que serão compartilhadas em todo o País. As unidades da Federação assinarão contratos de gestão com a União, que obrigará o cumprimento das metas como a redução dos índices de homicídio e a melhoria na formação de policiais.

A lei do Susp cria também a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) para fortalecer “as ações de prevenção e resolução pacífica de conflitos, priorizando políticas de redução da letalidade violenta, com ênfase para os grupos vulneráveis”. A Política será estabelecida pela União e está prevista para valer por dez anos. Caberá aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecerem suas respectivas políticas a partir das diretrizes do Plano Nacional.

FORÇAS ARMADAS E FORÇAS AUXILIARES: DIFERENÇAS, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS

AS FORÇAS ARMADAS (MARINHA, EXÉRCITO E AERONÁUTICA)

As Forças Armadas constituem o pilar central da soberania nacional. Diferente de outras instituições de segurança, sua função primária volta-se para a proteção do Estado brasileiro contra ameaças externas e a manutenção da integridade do território.

Conceito e Natureza Jurídica

Segundo o **Art. 142 da Constituição Federal**, as Forças Armadas compostas pela **Marinha**, pelo **Exército** e pela **Aeronáutica** são instituições nacionais, permanentes e regulares.

▪ **Instituições Nacionais:** Pertencem ao Estado Brasileiro como um todo, não a um governo específico ou partido.

▪ **Permanentes e Regulares:** Sua existência é contínua e sua organização segue normas rígidas de carreira e estrutura, não podendo ser dissolvidas por decisões políticas transitórias.

Hierarquia, Disciplina e Autoridade Suprema

A base fundamental das Forças Armadas repousa sobre dois pilares inegociáveis: a **hierarquia** (ordenação da autoridade em níveis diferentes) e a **disciplina** (rigoroso acatamento às leis e ordens).

▪ **Comando Supremo:** A autoridade suprema sobre as Forças Armadas é exercida pelo **Presidente da República**. É ele quem detém o comando estratégico, embora a gestão administrativa e operacional seja delegada ao Ministério da Defesa e aos Comandantes de cada força.

Destinação Constitucional

A Constituição define três missões principais para os militares das Forças Armadas:

Defesa da Pátria: Proteção contra invasões estrangeiras e agressões externas.

Garantia dos Poderes Constituídos: Assegurar que o Legislativo, o Judiciário e o Executivo possam exercer suas funções sem coação.

Garantia da Lei e da Ordem (GLO): Por iniciativa de qualquer dos poderes constitucionais, as Forças Armadas podem atuar internamente em situações onde o esgotamento das forças de segurança pública tradicionais (Polícias) coloca em risco a paz social.

Organização e Regime Jurídico (Estatuto dos Militares)

Os militares das Forças Armadas submetem-se a um regime jurídico próprio, distinto dos servidores civis, devido à natureza de sua missão (que exige o sacrifício da própria vida, se necessário).

▪ **Vedações Importantes:** É estritamente proibido ao militar da ativa a **sindicalização** e a **greve**. Além disso, enquanto em serviço ativo, o militar não pode estar filiado a partidos políticos.

▪ **Justiça Militar:** Crimes militares são julgados por uma justiça especializada, visando preservar a disciplina e os regulamentos internos.

▪ **Patentes:** As patentes, com prerrogativas, deveres e direitos a elas inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e asseguradas em sua plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados.

Quadro Resumo: As Três Forças

Força	Ambiente de Atuação	Objetivo Principal
Marinha do Brasil	Águas Jurisdicionais (Mar e Rios)	Proteção da “Amazônia Azul”, tráfego marítimo e defesa naval.
Exército Brasileiro	Território Terrestre	Defesa das fronteiras terrestres e soberania do solo.
Força Aérea Brasileira	Espaço Aéreo	Controle do tráfego aéreo e defesa contra ameaças aeroespaciais.

Forças Auxiliares e de Reserva (Polícias e Corpos de Bombeiros Militares)

Enquanto as Forças Armadas focam na soberania externa, as **Forças Auxiliares** são voltadas para a segurança interna e a preservação da ordem pública dentro do território nacional. Elas possuem uma natureza híbrida: são instituições civis de segurança pública, mas com organização e disciplina militares.

Definição e Vínculo com o Exército

De acordo com o **Art. 144, § 6º da Constituição Federal**, as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares são considerados **forças auxiliares e reserva do Exército**.

▪ **O que significa ser “Reserva”?** Em caso de guerra declarada ou estado de sítio, essas forças podem ser convocadas e mobilizadas pelo Governo Federal para atuar integradas ao Exército Brasileiro na defesa do país.

▪ **Controle e Coordenação:** O Exército exerce o controle e a fiscalização sobre o armamento, a munição e a organização dessas instituições, garantindo que elas mantenham o padrão militar necessário para uma eventual integração.

Competências Constitucionais das Polícias Militares (PM)

A principal função da Polícia Militar é a **polícia ostensiva** e a **preservação da ordem pública**.

▪ **Policamento Ostensivo:** É a atuação visível (fardamento, viaturas com sirenes e luzes) que visa desestimular a prática de crimes pelo simples fato de o policial estar presente no local.

▪ **Preservação da Ordem:** Atuação em manifestações, eventos de massa e situações de conflito social para garantir que os direitos dos cidadãos e o patrimônio sejam respeitados.



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!